

**Silva, M. O. E. (2011).**

*Gestão das Aprendizagens na sala de aula Inclusiva.*

Lisboa: Edições Universitárias Lusófonas, 55 páginas

Publicado em 2011 pelas Edições Universitárias Lusófonas, o livro de Maria Odete Emygdio da Silva inscreve-se numa abordagem de teor teórico-prático, onde se procura privilegiar o encontro de inúmeras coordenadas que, devidamente articuladas, podem contribuir para a emergência de uma postura mais reflexiva em torno das práticas educativas e, conseqüente, facilitar a produção de melhorias no domínio da qualidade dos processos de ensino-aprendizagem. É no quadro desta aproximação que a autora propõe a sua leitura, convocando para o debate a problemática da deficiência, mormente em contexto escolar. No seu entender, importa problematizar algumas das concepções que ainda continuam enraizadas no discurso de muitos profissionais de educação. A proposta que se apresenta, nesta obra, procura privilegiar um outro enfoque: perceber os alunos com necessidades educativas especiais (NEE) como pessoas capazes, desde que reúnam condições que facilitem o seu processo de inclusão escolar e social. Trata-se, deste modo, de reconhecer os seus direitos de cidadania, enquanto pessoas de pleno direito.

Para a autora, importa, por isso mesmo, promover a existência de uma outra forma de organização das redes de apoio social, em articulação com a prática profissional dos vários agentes educativos, baseada em duas dimensões fundamentais: a "socialização" (a actividade e a experiência social) e a "ecologização" (os factores ambientais), gerando deste modo, níveis de maior autonomia para que cada aluno com NEE possa assumir a sua responsabilidade, nas decisões colectivas e individuais, ou na esfera da sua vida pessoal e social.

Esta abordagem inovadora convoca uma outra aproximação no que toca a esta problemática. Já não se trata de continuar a insistir nas "limitações" ou na "incapacidade" dos indivíduos em situação de deficiência, mas de realçar as suas "potencialidades" e "capacidades". Deste modo, cabe às próprias instituições existentes e aos seus profissionais a tarefa de criar condições e oportunidades para que estes alunos se possam, paulatinamente, tornar "autores" da sua vida pessoal, social e profissional. Este tipo de entendimento questiona o papel da escola no quadro da "preparação" para a vida, com autonomia, em sociedade. Daí que se torne necessário promover aprendizagens mais centradas nas diversas literacias, particularmente as literacias cívicas (p. 16).

A autora, que temos o privilégio de apresentar nesta recensão crítica, começa a sua obra (Capítulo I), fazendo uma breve caracterização dos modelos que estiveram na base da conceptualização da deficiência, ao longo das últimas

décadas. Para Odete Silva (2011), em termos práticos e reais, esses modelos deram origem a atitudes que se têm baseado, inevitavelmente, em processos de socialização assentes, quer na segregação e dependência, quer na superprotecção dos profissionais que trabalham com estes alunos (pp. 14-15).

Já no Capítulo II, a autora realça o facto de as diferenças singulares destes alunos (ou as suas incapacidades) decorrerem de uma condição de saúde ou de uma deficiência funcional, que, muitas vezes, são consideradas no quadro global do seu processo identitário (tornando a parte como um todo da pessoa) (p. 20). Por conseguinte, as particularidades que os caracterizam não trazem desvantagem para a aprendizagem, mas, também, não podem ser ignoradas quando se planeia uma intervenção com este tipo de população.

Por este motivo, no Capítulo III, a autora desta obra, preconiza um planeamento da actividade educativa onde todos os alunos, sem excepção, possam aprender uns com os outros, ainda que recorrendo a estratégias de diferenciação pedagógica. O essencial é que “que todos aprendam com todos, para que as interações que se estabeleçam entre os alunos e o professores sejam fundamentais para o processo de aprendizagem de todos” (p. 40-41). O enfoque, que se depreende desta abordagem, recupera o valor da cooperação como sendo a principal estratégia para promover uma autêntica inclusão escolar e social. Por isso, importa ter presente que é, sobretudo, no modo como se planifica a actividade educativa que se pode investir em processos mais inclusivos. Não basta, como ainda acontece, “integrar fisicamente” na turma os alunos com NEE, para que eles se sintam incluídos, ou beneficiem das mesmas oportunidades de aprendizagem. A proposta da autora vai mais longe. A inclusão passa, inevitavelmente, pelo modo como se organizam e se geram as actividades dentro da sala de aula, procurando potenciar as interações entre os vários elementos da turma. Ressalta-se, portanto, do conjunto dos aspectos analisados, que estes processos são complexos e, por isso mesmo, exigem mudanças quer ao nível das concepções quer ao nível das práticas educativas. Mudanças que são lentas, mas que precisam de avançar numa perspectiva de escola inclusiva, rompendo com os paradigmas tradicionais de educação e procurando um novo paradigma coerente com uma “nova organização e gestão, recuperando a escola o seu papel centrado na aprendizagem de todos os seus alunos” (p.47).

Trata-se, pois, de ter em conta, que a existência de uma verdadeira educação inclusiva implica, mormente, a existência de profissionais de educação que sejam chamados a se tornarem nos investigadores da sua própria prática, de modo a melhorarem os dispositivos de intervenção a partir dos quais mobilizam a sua acção. Assim sendo, preparar convenientemente os profissionais para estas novas formas e responsabilidades, exige a implementação de um modelo de

*formação em contexto*, consistente, planificado e seleccionado, de acordo com a filosofia comum definida pela e para a escola (p.48).

Podemos concluir que esta obra tem o mérito de colocar a ênfase da problemática da deficiência, não na "incapacidade do indivíduo", mas no modo como se organiza e gere a actividade educativa, particularmente no seio da sala de aula. A sua proposta de se privilegiar a "cooperação" como chave do processo de inclusão de alunos com NEE, acaba por se constituir numa abordagem inovadora, pertinente e útil. Importa, como refere a autora, investir na qualidade da "relação pedagógica", mas, ao mesmo tempo, na eficiência e na eficácia dos dispositivos de intervenção educativa.

**Gabriela Canastra**

---

[gaby.canastra@gmail.com](mailto:gaby.canastra@gmail.com)



**Sanches, I.R. (2011)**

*Em busca de Indicadores de Educação Inclusiva. A “voz” dos professores de apoio sobre o que pensam, o que fazem e o que gostariam de fazer.*

Lisboa: Edições Universitárias Lusófonas, 361 páginas.

No seu livro<sup>1</sup>, Isabel Sanches questiona se os professores de educação especial do 1.º ciclo da região de Lisboa, através das suas práticas, contribui para a implementação de um novo paradigma de escola, a escola/comunidade de aprendizagens significativas, baseada na cooperação e na diferenciação pedagógica inclusiva, desencadeadora de sucessos para todos, através dos sucessos de cada um ou se, pelo contrário, essas práticas serão também elas um factor de exclusão, avaliando o aluno pelo seu défice, categorizando-o, ao invés de o valorizar pelas suas capacidades numa perspetiva relacional.

Este trabalho pretende desencadear a reflexão sobre a forma como vemos e interagimos com os grupos minoritários e sobre a necessidade da implementação de práticas pró-activas de uma educação inclusiva. A isto não é estranho o percurso teórico, intelectual e profissional da autora que deve ser situada dentro do campo das Ciências da Educação no contexto da Educação Inclusiva, partilhando a linha de pensamento de um núcleo duro cujo expoente máximo será no estrangeiro Mel Ainscow e no nosso país David Rodrigues que defendem uma militância intransigente de uma escola democrática, equitativa e inclusiva, contraponto da escola selectiva, diferenciadora, exclusiva e neo-liberal que predomina.

Esta militância política deverá ser situada no contexto histórico actual de uma tentativa de asfixia neoliberal em todos os sectores da sociedade, entre eles a escola e que quer reduzir o sistema educativo à função económica de produzir capital humano seja ele especializado ou indeferenciado, versus uma nova forma de encarar o mundo, numa perspectiva da ecologia humana, respeitando a diferença, o “outro”, construindo cidadãos aptos para reflectir e agir sobre o mundo e os seus grandes problemas, capazes de desempenhar os seus deveres e exercer os seus direitos.

O autor desta recensão encontra-se também dentro desta linha de pensamento e acção, embora não perfilhe dogmas, nomeadamente aquele que defende que a retirada de um aluno da sala de aula e do grupo turma para fazer aprendizagens é só por si um factor de exclusão. Cada caso e cada situação deve ser visto no seu contexto; escola inclusiva sim, sem dúvidas e sem reticências, mas perante a singularidade do aluno deve ser visto a cada momento o que será melhor para ele.

Encontramos neste livro de Isabel Sanches uma dupla face: por um lado, uma certa militância pelas causas da escola democrática, equitativa e inclusiva, indo

raramente um pouco mais longe, na linha de Gardou (2003), ao considerar a escola como alavanca de uma revolução cultural que elimine as diferenças, nomeadamente quando aborda a multiculturalidade e a emancipação da mulher. Por outro lado, a problematização, a metodologia e as diferentes fases da pesquisa empírica ao questionar as práticas docentes comparando a realidade com o discurso oficial ou a congruência entre o discurso e as práticas é feita de forma rigorosamente científica.

A obra estrutura-se em três partes mais as conclusões precedidas de uma pequena introdução, na qual Isabel Sanches adianta a hipótese que os professores de apoio educativo desenvolvem práticas de educação especial, afastando-se da educação inclusiva, mantendo assim o fosso que separa o discurso da realidade. Assim, de uma forma bastante radical e provocadora, mantém-se a *suspense* até dar a resposta concreta a esta hipótese.

A primeira parte denominada "O Objecto da Pesquisa: práticas dos professores de apoio educativo e educação inclusiva" está dividida em quatro capítulos, seguidos de uma síntese reflexiva. Pretende esta parte da obra, segundo a autora, reflectir sobre os professores em geral e sobre os professores de apoio em particular, sobre as suas práticas de forma a poder compreendê-los e ajudá-los. É significativa a importância que dá ao papel dos professores no contexto geral da escola, começando inclusive com uma citação de Fullan (2001), em que este afirma que as mudanças na escola dependem do que os professores pensam e fazem.

No capítulo 1, denominado "Da Integração à inclusão escolar" Isabel Sanches torna claro a diferença existente entre os conceitos de Integração e Inclusão, ou seja, do caminho a percorrer entre o aluno estar na escola, partilhando espaços, amizades, socializando-se, podendo fazer inclusive algumas aprendizagens (Integração) e o aluno estar na escola, integrado, mas indo mais além: aprendendo com os colegas, sempre juntos, independentemente das dificuldades e diferenças que apresentem, uma escola que não seleccione, não exclua, não rejeite, uma escola sem barreiras físicas ou educativas, não competitiva, que seja democrática e equitativa, que seja para todos (Inclusão).

Neste capítulo, ao mesmo tempo que a autora vai fazendo uma resenha histórica da integração escolar e dos primeiros passos da educação especial no contexto europeu e em Portugal, vai-nos introduzindo no mundo da educação inclusiva seja através dos seus autores de referência (Ainscow, 1990, 1991, 1995; Armstrong, 2001, 2003; Booth, 2000; Correia, 1999, 2001; Fullan, 2001; Gardou, 2003, 2005; Meijer, 2003, 2005; Porter, 1991, 1997; Rodrigues, 2001, 2003, 2006; Warwick, 2001, entre outros), seja através de marcos fundamentais (Warnock Report, 1978; Education Act, 1981; Declaração Mundial da Educação para Todos, 1990; Declaração de Salamanca, 1994; Conferência de Dakar, 2000).

Isabel Sanches defende que a integração escolar é a “mãe” do sub-sistema criado na escola: a educação especial, dirigida para os alunos considerados com necessidades educativas especiais. Considera a educação especial uma evolução positiva em relação ao ensino especial, trazendo alguma dignidade aos alunos em situação de deficiência, mas que não deixa de ser segregadora porque é uma educação especial para alunos especiais.

Cruzando perspectivas e conceitos da integração e da inclusão, a autora apresenta-nos nove magníficos quadros síntese com o caminho percorrido e as diferenças entre integração escolar / educação especial e inclusão escolar / educação inclusiva com as ideias de vários autores “chave” da educação inclusiva, incluindo a própria. Estes quadros sínteses remetem-nos para uma observação pormenorizada sobre a forma como se podem diminuir, em relação a qualquer aluno, as barreiras à sua aprendizagem e à sua participação na escola. Em relação a esta transição da integração para a escola e para a educação inclusiva encontramos outras perspectivas, outras formas de acção, outras mentalidades, outras práticas sociais e educativas, que vão de encontro ao que a autora e as teorias da inclusão defendem e que se podem resumir nas três dimensões da inclusão: criar culturas inclusivas, construindo o sentido de comunidade; implementar políticas inclusivas, desenvolvendo a escola para todos; promover práticas inclusivas, organizando a aprendizagem.

De seguida, Isabel Sanches baliza as etapas da escola para as minorias: segregativa do ensino especial até ao final dos anos sessenta; escola integradora nos anos setenta que permitiu dar um salto cultural e civilizacional quando propõe que as dificuldades escolares dos alunos sejam analisadas, não em função da sua etiologia, sob critérios médicos, mas sob critérios educativos. Este salto permite eliminar a categorização das pessoas em função da deficiência e valorizar as suas funcionalidades, promovendo as suas aprendizagens. Seguem-se os conceitos da educação especial dos anos oitenta e por fim na segunda metade dos anos noventa a partida para um outro paradigma de escola e de educação: a escola e a educação inclusiva.

Neste capítulo é também dado destaque aos dilemas da inclusão escolar. A diferenciação pedagógica pode ser inclusiva se centrada na classe e no currículo ou exclusiva se for feita através de práticas de educação compensatória, dirigida aos défices, separando e rotulando para se poder fazer a intervenção. A autora considera que pode acontecer que quanto maior for o apoio individualizado ou fora do grupo de pertença maior poderá ser a discriminação, já que defende que a maioria das aprendizagens realizadas ao longo da vida se faz fora dos contextos e situações idealizados para ensinar. O apoio só é válido se servir para ajudar a construir a autonomia do aluno.

Parece-me que esta ideia base da educação inclusiva se for apropriada de forma simplista pode levar à indiferenciação dos alunos, primeiro passo para a sua discriminação. O não atendimento dos problemas específicos dos alunos pode levar à sua exclusão ou pelo menos à sua não inclusão. Podemos aqui dizer que o aluno não deve ser tratado de forma individualizada mas sim personalizada, mas também isso pode ser entendido como um jogo de palavras. Direi que para cada situação e em cada momento existirá uma melhor forma de agir e de reagir, com a determinação de incluir.

Diabolizar as situações de retirada do aluno do grupo nos momentos necessários, com a justificação que se pode responder às suas dificuldades através de respostas colectivas de aprendizagens através dos pares ou que na escola inclusiva nenhum aluno sai da sala de aula para receber ajuda, pois esta recebe-se no interior da classe é necessariamente uma resposta incompleta em muitas situações. No entanto, Isabel Sanches tem consciência destas situações como se irá ver nas conclusões.

A autora apresenta-nos outros dilemas da educação inclusiva, como a categorização da deficiência, nomeadamente através dos diagnósticos médicos que servem de suporte para integrar os alunos na educação especial. O caso extremo de Portugal levou a termos uma nova categoria, a de necessidades educativas especiais de carácter permanente, partindo de um referencial médico, categoria segregadora e que parece não entender que as pessoas em situação de deficiência fazem progressos quando em situações favoráveis. Aqui acrescento que a própria palavra permanente, adjectivando o sujeito para todo o sempre, vem ao arrepio do que se vai sabendo sobre as pessoas em situação de deficiência: a evolução trazida pelo *braille* e pela linguagem gestual; pessoas com trissomia 21 e outras com paralisia cerebral concluindo estudos superiores, entre tantos outros exemplos.

No fundo, considera Isabel Sanches que o dilema está no seio da própria educação especial. A grande questão que se põe ao sistema educativo é ter uma resposta eficaz para todos e para cada um, em todas as situações no âmbito da escola regular. Logo a autora dá aqui o mote que a educação especial, neste momento, está a mais e conseqüentemente não deveria existir.

Este capítulo continua com um resumo da história portuguesa neste domínio. Da integração escolar à educação inclusiva que passos foram dados no terreno e nas medidas burocráticas e administrativas.

De seguida, a autora apresenta-nos algumas práticas escolares inclusivas, tendentes a construir uma diferenciação pedagógica inclusiva, tais como o trabalho cooperativo, a parceria pedagógica, a aprendizagem com os pares, o grupo heterógeneo, o ensino eficaz, a tutoria de alunos, aqui tendo como ponto de partida



que o tutor pode ser um colega, mais velho ou não. A autora mostra-nos que as práticas inclusivas não obrigam necessariamente a saberes novos, mas sim a um novo olhar sobre a escola e sobre o sucesso dos alunos.

O capítulo 2 desta primeira parte é todo ele dedicado de forma minuciosa, exaustiva e rigorosa ao contexto legislativo português no que diz respeito aos alunos considerados com necessidades educativas especiais, terminando com uma análise comparativa dos textos legislativos.

O capítulo 3 fala-nos do papel dos professores de apoio educativo enquanto actores educativos. Parte do que tem sido a formação e a actuação destes até agora, do que se exige hoje, terminando com algumas orientações básicas para o futuro próximo.

Para Isabel Sanches, o professor deve ser de apoio educativo e não de educação especial, o que significa que deverá trabalhar para e com todas as minorias e ser um recurso da escola, desenvolvendo estratégias, criando actividades não apenas para um aluno em particular mas para todo o grupo turma. Tem um leque de funções bastante alargado, porque deve trabalhar com os outros professores, com a gestão da escola, com os pais, com técnicos da educação, da saúde e da segurança social e com o aluno. Este trabalho é feito numa perspectiva da educação inclusiva.

Continuando, dá-nos alguns exemplos do papel do professor de apoio educativo fora de Portugal, nomeadamente em Itália, em Espanha (Murcia), na Austrália (Queensland), na Holanda e no Reino Unido, concentrando-se depois exclusivamente no caso português em termos de legislação e de formação.

Apresenta-nos esta parte do trabalho com a terminologia própria da época estudada, importante para percebermos a evolução positiva que tem sido feita. Apresentando-nos diversos quadros com a terminologia adaptada, conceitos dominantes, concepções pedagógicas dominantes, contexto sócio-político-educativo, perfis e objectivos da formação e instituições formadoras, desde 1940, com os professores que trabalhavam com estes alunos conhecidos oficialmente então com o nome de professores de ensino de anormais: anos 50, professores de ensino de anormais e de surdos-mudos; anos 60, professores de crianças inadaptadas/deficientes; anos 70, professores de ensino especial; anos 80, professores de educação especial; anos 90, professores de apoio educativo.

Por aqui termina este capítulo, com pena minha já que poderia ter chegado aos primeiros anos deste século e voltado ao tempo dos professores de educação especial como são de novo designados, com as consequências que daí advêm.

O capítulo 4, e último desta primeira parte, é dedicado ao estado da investigação no que concerne às práticas dos professores de apoio educativo nalgumas zonas do mundo, já atrás referenciadas. Dos poucos estudos já feitos às práticas

dos professores, salienta-se por parte destes a identificação dos estudantes e das necessidades bem como medidas de apoio, a avaliação e o apoio directo aos alunos, a colaboração na planificação, a actualização da formação especializada e os recursos

A autora chega à conclusão que pouca investigação tem sido feita às práticas destes professores e que as que se fizeram provam que essas práticas continuam mais ligadas aos princípios da educação especial do que à inclusão. De uma forma geral, as respostas dos professores são imediatas de reação às dificuldades, mas ineficazes ou inexistentes para as eliminar. Não vão no sentido da construção de uma escola inclusiva, já que categorizam a diferença não a esbatendo na tentativa de diminuir o número daqueles que necessitam de apoio extra.

Assim, neste caminho do passado para o presente, cruzando perspectivas e conceitos se foi construindo a primeira parte. Nunca descurando as mudanças metodológicas e organizacionais necessárias para construir o caminho da inclusão. Sempre com a escola inclusiva como farol, escola que celebra a diversidade encarando-a como uma riqueza.

A segunda parte desta tese tem como título: "A problematização e a metodologia da pesquisa empírica". Dividida esta parte em 4 capítulos e uma breve síntese reflexiva, começa pelo processo de problematização onde vamos encontrar a questão de partida, a problemática e a hipótese. Uma breve nota da parte de Isabel Sanches explicando que ao reflectir sobre algo que já fez parte do seu trabalho profissional, tenha sobre essa problemática um olhar simultâneo de quem está dentro e fora, com dificuldades em construir o processo de abstracção mas com a facilidade de facilmente entrar no campo de estudo.

Podemos dizer que a questão de partida tem a ver com a origem do afastamento entre as incitações (legislativas e de discurso) e as práticas dos professores de apoio educativo. Se o discurso dos próprios professores de apoio educativo é de inclusão, porque é que as suas práticas os afastam desse caminho?

A problemática, segundo Isabel Sanches, está inserida no campo das Ciências da Educação e especificamente no campo da Educação Inclusiva, tendo como marco fundador o relatório Warnock de 1978, passa pelos anos 80 e 90 do século passado e entra pela década actual. Esta problemática vai ter como objecto de estudo uma realidade portuguesa, mas não pode ser vista senão em conjunto com o fenómeno da globalização e a abertura de fronteiras, com a diversidade cultural, étnica e religiosa que daí derivou. A educação inclusiva refere, não é exclusivo dos professores, é-o de todos os actores da sociedade: famílias, técnicos, escola, comunidade. Ao professor cabe a tarefa de cooperar com todos.

A hipótese apresentada tem para a autora a finalidade de desencadear novos questionamentos dos conhecimentos já adquiridos e é-nos apresentada: os

professores de apoio educativo desenvolvem práticas de educação especial, que se afastam da educação inclusiva, contribuindo para alargar o fosso existente entre o discurso e a realidade educativa.

O capítulo 2 é dedicado à caracterização da população inquirida. De um universo possível de 724 professores de apoio educativo do 1.º ciclo da região educativa de Lisboa, a todos foram entregues questionários, tendo 340 professores respondido, ou seja um pouco menos do que 50% da população inquirida. Nos questionários, foram pedidos dados de identificação pessoal e profissional, sexo, idade, tempo de serviço na educação especial/apoio educativo, localidade de trabalho, número de alunos apoiados, problemáticas destes alunos, se os professores tinham formação em educação especial e nesse caso a área da sua formação e instituto formador.

O capítulo 3 refere o método da recolha de dados. Começa a autora por referir a forma de entrega dos questionários e os constrangimentos que podem ocorrer quando se questionam os professores, tentando no fundo descobrir a forma como eles realmente trabalham e aquilo que são profissionalmente.

Tanto neste capítulo 3 como no capítulo 4 denominado: "O método de análise dos dados", Isabel Sanches apresenta-nos de forma rigorosa os passos dados tanto para a construção do questionário, como depois na sua análise a problemática à volta da análise dos dados qualitativos e quantitativos, alicerçados em autores de referência da área. Explica-nos, passo por passo, o caminho feito durante a análise dos dados, os momentos de avanço e recuo por ela passados durante este processo, a altura de colocar os dados a "falar" e a validação das categorias.

Podemos dizer que nesta parte existiu da parte da autora uma reflexão aprofundada sobre o método da recolha e da análise de dados, nomeadamente ao nível do questionário que apresentava questões quantitativas e qualitativas, sobre a recolha de informação e sobre a análise de conteúdo.

É sem sombra de dúvidas uma segunda parte menos sumarenta em termos de educação inclusiva, mais pobre em termos teóricos das ciências da educação se comparada com a primeira parte, mas de um grande rigor metodológico e científico, interligados por vezes com um abrir de alma sobre as dificuldades que esta parte do trabalho trouxe à autora, afirmando com grande seriedade intelectual que não estava por completo satisfeita com o quadro final da análise, embora este, não altere as linhas gerais das conclusões a que chegou.

A terceira parte desta tese denominada de: "A análise e a interpretação dos dados recolhidos" é também dividida em 4 capítulos. O primeiro capítulo: "O que dizem os professores de apoio educativo sobre a inclusão do aluno considerado com necessidades educativas especiais", está assente numa das perguntas do

questionário, ao perguntar-se aos professores quando é que eles consideravam um aluno destes incluído na escola.

Esta pergunta aberta e qualitativa teve uma grande quantidade de respostas. Para além das dificuldades técnicas de categorizar as respostas, Isabel Sanches diz-nos que os professores estão preocupados com a forma como a escola acolhe estes alunos. Essencialmente vamos encontrar nas respostas dos professores duas categorias de inclusão do aluno: o aluno está incluído na escola quando é objecto da sua intervenção; o aluno está incluído na escola quando interage.

Na primeira categoria, Isabel Sanches, a partir das respostas dadas, chega à conclusão que os professores partem do princípio não inclusivo que é mais importante ter em conta a problemática do aluno do que as suas capacidades. Na segunda categoria, considera que os professores estão sensíveis à problemática da inclusão escolar que deve ser um percurso a fazer pela escola e pelo aluno. Realça no entanto que a verdadeira inclusão só acontece quando o aluno passa despercebido porque a sua diferença deixou de ser um problema.

O capítulo 2, "O que os professores de apoio dizem fazer" é construído a partir de uma série de questões de resposta fechada e outras de resposta aberta, acerca das suas práticas nos contextos em que trabalham. Que tipo de apoio é dado ao aluno considerado com "Nee"? Encontramos 4 formas de o fazer: pode ser apoio directo individual; apoio directo integrando o aluno as actividades da turma; apoio directo no pequeno grupo; apoio ao aluno em conjunto com a classe (parceria pedagógica). A maioria dos professores utilizam menos a parceria pedagógica que é a prática mais inclusiva. A modalidade maioritariamente utilizada é o apoio directo ao aluno, individualmente, que é uma prática pedagógica considerada exclusiva. Isabel Sanches considera que os professores ao centrarem a sua atenção no aluno voltam às práticas da educação especial e da integração dos anos 60.

Neste âmbito a autora faz uma correlação entre os domínios da especialização obtida pelos professores, do tempo de serviço, da idade e o tipo de apoio por eles dado, chegando à conclusão que a variável da formação é a que mais influencia o tipo de apoio dado aos alunos e o trabalho feito com eles, pelo que deve ser pensada a influência da formação na prática dos professores.

Continuando esta viagem pelas práticas de educação inclusiva, a autora caracteriza a importância do local de apoio do aluno. O apoio pode ser individual fora da sala de aula (na sala de apoio, num local disponível); apoio individual dentro da sala de aula (num canto, na carteira); apoio ao aluno em pequeno grupo fora da sala de aula; apoio ao aluno em pequeno grupo dentro da sala de aula. As respostas dadas apontam para que preferencialmente o apoio seja dado dentro da sala de aula na carteira do aluno e fora da sala de aula na sala de apoio educativo. Mais uma vez as respostas aqui dadas não são de inclusão na sua perspectiva teórica

de socialização dos espaços como forma de partilhar saberes e aprendizagens, numa escola de todos e para todos.

A colaboração com o professor da classe, que numa perspectiva de educação inclusiva em que a acção deve ser dirigida ao grupo e não a um aluno em particular é também aqui analisada. Este trabalho envolve quatro áreas a saber: planificação das actividades; reflexão/avaliação do aluno, das suas actividades e do seu processo educativo; trabalho em conjunto com a classe; orientação das actividades dos alunos considerados com "Nee".

Quase todos os professores dizem planificar as suas actividades em conjunto e também quase todos fazem em conjunto com o docente da classe regular a reflexão sobre a avaliação, bem como a orientação das actividades dos alunos considerados com "Nee". Pelo contrário, a grande maioria (75%) não faz um trabalho em conjunto com a classe, condição essencial da educação inclusiva. A especialização numa das modalidades da educação especial é muito importante no trabalho de conjunto já que são estes professores que mais trabalham em parceria com o professor da turma.

A colaboração com outros intervenientes, nomeadamente os pais, outros profissionais, conselho de docentes, conselho executivo e com a comunidade em geral é também aqui analisado numa perspectiva abrangente de uma escola a que chama "hospitaleira". As conclusões a que a autora chega são de que é dada uma grande importância ao trabalho com outros profissionais, nomeadamente com o psicólogo, muita importância ao trabalho com os pais e com os outros professores. Menos importância, apenas 33%, ao trabalho com o órgão de gestão e ainda menos, cerca de 25%, ao trabalho realizado com a comunidade. A autora considera que o pouco trabalho feito em conjunto com o órgão de gestão pode evidenciar dificuldades na criação de uma dinâmica inclusiva e, acrescento eu, o mesmo se pode considerar em relação ao pouco trabalho com a comunidade.

O capítulo 3 desta terceira parte, com o título: "O que os professores de apoio educativo desejam fazer" parte de uma pergunta aberta para trabalhar uma situação teórica criada a partir de um exemplo de um aluno com problemas graves de comportamento. Das respostas dadas, conclui Isabel Sanches que os professores pensam a sua intervenção numa perspectiva ecológica do desenvolvimento, já que analisam e interagem com o problema tentando resolvê-lo através da participação de todos os intervenientes.

Cerca de 50% dos professores partem do princípio que o trabalho directo com o aluno em questão é a melhor forma de resolver o problema. Esse trabalho é antes de tudo social e afectivo, depois de aprendizagem, de seguida de autonomia e poucos consideram que a situação contextual é que deve ser trabalhada e mudada. É importante para os professores fazerem um diagnóstico da situação,

nomeadamente em relação ao aluno, ao meio escolar e ao meio familiar, para poderem tomar decisões.

É importante também o trabalho com outros intervenientes do processo educativo, cerca de 25% dos professores acentua esta vertente, nomeadamente o psicólogo. Alguns consideram que é importante decidir sobre a escola a frequentar pelo aluno, cerca de 15%, considerando como possível solução a mudança de escola ou mesmo a passagem para uma escola de educação especial.

O trabalho com os contextos nomeadamente a família, a comunidade e a escola é referido apenas por cerca de 20% dos professores. O trabalho com os pares dos alunos considerados com "Nee" ainda é menos referenciado, cerca de 3% do total. No entanto, como já vimos, estas são as bases da dinâmica da educação inclusiva.

O capítulo 4 denomina-se "Síntese analítica: do que os professores de apoio dizem ao que fazem e ao que desejariam fazer para a educação dos alunos considerados com nee". Isabel Sanches dividiu este capítulo em 3 temas. O primeiro, sobre a inclusão dos alunos considerados com "Nee" na escola. Recebeu como respostas maioritárias que o aluno está incluído na escola quando é objecto da sua intervenção e que está incluído na escola, quando interage. O segundo tema fala-nos sobre as práticas educativas do professor de apoio educativo, através dos seus apoios aos alunos, à colaboração com o professor de turma e com outros intervenientes, à colaboração com os pais, com os órgãos de gestão e com a comunidade. O terceiro tema sobre a intervenção educativa desejada.

Das respostas dadas pelos professores, a autora considera que estes se preocupam demais com o ensino em detrimento da aprendizagem. Continuam a considerar o aluno como centro das aprendizagens, principal responsável pelo seu sucesso ou insucesso, têm uma grande dificuldade em operacionalizar uma escola que responda às expectativas destes alunos. São adeptos de pequenas mudanças para que o essencial permaneça e são partidários deste modelo de atendimento da educação especial embora um pouco mais abertas e mais significativas para o aluno. Em muitos casos, o que os professores dizem que fazem não coincide com aquilo que gostariam de fazer.

A autora chega então às conclusões e depois às reflexões finais. Conforme vamos seguindo e compreendendo o caminho escolhido por Isabel Sanches, começam a tornar-se claras as opções desse trajecto. As suas conclusões são coerentes com tudo o que escreveu nestas 361 páginas apresentadas.

Numa componente macro, a política aí está. Que tipo de sociedade e escola queremos? Equitativa, democrática, solidária ou apenas eficaz? E pergunta se será possível encontrar um paradigma de desenvolvimento que concilie as duas.

A defesa da diferença, da diversidade e da heterogeneidade, contra a sociedade neo-liberal.

Numa componente mais micro, pugna pela defesa intransigente da escola inclusiva, que aposte em primeiro lugar no grupo e nos contextos, arrastando o indivíduo para se tornar parte integrante desse conjunto.

A autora defende a escola inclusiva, a rejeição de uma escola habituada a seleccionar e excluir. Luta por uma cultura de escola de equidade, igualdade de oportunidades para todos, atendendo no entanto aos problemas específicos de forma personalizada. Considera que o apoio deve ser centrado na classe e na cooperação entre o professor do regular e o do apoio educativo.

Considera que alguns dos grandes problemas que levam à exclusão como os de comportamento, sociais e emocionais, são o maior desafio à inclusão. Curiosamente, digo eu, não aparecem claramente definidos como “Nee” de carácter permanente na legislação portuguesa.

Considera que o nosso sistema de ensino continua a ser para os considerados “normais” no qual os outros estão inseridos, mas não incluídos. O sistema inclusivo defende a criação de condições onde todos possam aprender juntos, afectando mais recursos às turmas e aos professores destas para que cada vez menos alunos precisem de apoio.

Defende que a educação inclusiva assenta nas potencialidades das pessoas, nas aprendizagens feitas entre os pares. Não na diferenciação através da categorização seja ela médica ou de outro tipo. Esta educação deve saber do que é capaz cada aluno de forma a potenciar a sua aprendizagem, a sua autonomia, tendo em vista a melhoria da sua qualidade de vida.

Considera ainda Isabel Sanches que os professores de apoio educativo como nos aparecem neste estudo, colocados na escola em função dos défices dos alunos, não são uma mais valia para o sucesso destes. Quanto mais olham para o défice dos alunos, mais recursos humanos e materiais pedem, sem conseguirem sucesso, pois o que é necessário é uma mudança na “gramática” da escola, ou seja, nos factos, nas regras e nas leis que dirigem a escola. Por outras palavras e segundo a autora: professores de apoio, quanto mais, pior!

Este trabalho construído de forma magnífica peca por vezes pela sua ortodoxia ao não considerar em casos específicos a possibilidade de retirada dos alunos da sala de aula, sem tal constituir uma situação de exclusão, bem como ao passar de mais a responsabilidade da aprendizagem para o colectivo, ignorando a responsabilidade individual, dando pouco enfoque ao trabalho individual, condição necessária para se atingir qualquer objectivo, incluindo este que se defende aqui: por uma educação e escola inclusiva, por uma sociedade que inclua.

Em conclusão, esta tese de doutoramento de Isabel Sanches é mais uma preciosa ajuda no despontar de um novo paradigma de escola. O movimento de educação inclusiva/escola inclusiva está a ganhar raízes no discurso dos políticos e dos entendidos nesta área, desde a Declaração de Salamanca em 1994, pelo que começa a ser visto não como uma utopia mas como um desígnio social a realizar. A autora, a trabalhar nesta área desde os primórdios do ensino especial, bem merece os parabéns pelo seu trabalho que consegue ser simultaneamente de rigor científico e de "coração" e que nos faz subir mais um degrau no caminho da inclusão.

**Álvaro Santos Pereira**

---

alvaropereirasantos@gmail.com

**Nota**

<sup>1</sup> Este livro tem por base a investigação «À la recherche des indicateurs d'éducation inclusive. Ce que disent sur leurs pratiques les Enseignants de soutien au Portugal.», realizada no âmbito do doutoramento da autora, na Universidade de Lumière Lyon2, orientada por Charles Gardou (Professeur à l'Université Lumière-Lyon2 - France) e co-orientada por António Teodoro (Professor na Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias- Lisboa, Portugal).

[http://demeter.univ-lyon2.fr/sdx/theses/lyon2/2007/sanchesdafonseca\\_ir](http://demeter.univ-lyon2.fr/sdx/theses/lyon2/2007/sanchesdafonseca_ir)